

## POLÍTICA ECONÔMICA

# Sarney apresentará à Nação um balanço de seu governo

29 OUT 1985

por Walter Marques  
de São Paulo

O presidente José Sarney vai fazer um pronunciamento no próximo dia 3 ou no dia 5, quando passará em revista os resultados da política econômica nos primeiros oito meses de seu governo. Esta fala do presidente faz parte do plano da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que prevê um pronunciamento do chefe do governo a cada trinta dias.

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, falando a este jornal no domingo, disse que a principal preocupação do governo neste momento é com as bases do crescimento da economia para 1986. Orienta o raciocínio do ministro a ponderação de que "a economia já cresceu o que tinha de crescer em 1985. Agora precisamos ver como manter 6% de crescimento em 1986. Em 1985 o crescimento veio pela diminuição da capacidade ociosa das empresas. Em 1986 deve ser pelo investimento, principalmente em duas áreas: através da modernização das empresas, o que não ocorria há quatro anos, e pelos investimentos capazes de criar empregos em obras públicas", previu o ministro da Fazenda.

Funaro confirmou também que vem sendo estudada a criação de um controle centralizado da dívida pública. Uma alta fonte do governo disse a este jornal que o principal problema em relação a esta centralização, que fortaleceria expressivamente o poder do ministro da Fazenda, estaria na resistência dos ministros que têm sob seu comando as mais importantes empresas estatais do País e reagem contra medidas de contenção.

O controle da dívida pública é um dos principais



Dilson Funaro

instrumentos de combate à inflação e integra o conjunto de objetivos de política econômica que o ministro da Fazenda pretende manter intactos em 1986. "Por em ordem as finanças públicas, conter o déficit e manter o crescimento", sintetizou Funaro, são as metas para o próximo que o presidente José Sarney deve reafirmar no seu pronunciamento na próxima semana.

Uma parte da terapêutica que será posta em prática pelo governo para sanear as finanças públicas é o pacote fiscal que integra o conjunto das medidas a serem divulgadas dentro de duas semanas e que orientará a política econômica no ano que vem. No conjunto, disse o ministro, as medidas em estudo destinam-se a manter o crescimento econômico e criar empregos. O pacote fiscal, no entanto, ressaltou, não tem nenhum sentido de penalizar os contribuintes assalariados.

"Nem eu nem o presidente Sarney pensamos em aumentar impostos para quem não pode pagar. Não vamos fazer nada contra quem não pode. Mas os 10% mais ricos, que há dez anos detinham 37% da renda nacional e hoje detêm 51%,

## A nova versão do PND

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

Até o final desta semana, o presidente José Sarney deverá enviar ao Congresso Nacional a segunda — e definitiva — versão do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, que, sob a forma de projeto de lei, será votado antes do recesso de fim de ano. A nova redação pretende enfatizar com maior clareza do que anteriormente os principais objetivos de política econômica para os próximos anos: crescimento da economia, combate à pobreza e realização de reformas tributária, administrativa, financeira, dos orçamentos públicos, infomou uma fonte da Secre-

taria do Planejamento. Durante a elaboração da primeira versão do PND, o ministro da Fazenda era Francisco Dornelles, lembrou essa fonte, o que acabou levando a Seplan a tentar conciliar o que os dois Ministérios entendiam como prioridades de política econômica. Assim, por exemplo, o crescimento da economia aparece no documento já divulgado estreitamente vinculado à necessidade de ajuste econômico. Agora, com a substituição de Dornelles por Dilson Funaro, que compartilha da maioria dos propósitos gerais do ministro João Sayad, decidiu-se tornar mais explícitos os objetivos de manter o crescimento e de combater a pobreza.

não me digam que não podem contribuir. Eu não estou tirando a verba de investimento dessa gente. As elites brasileiras vão ter de dar a sua contribuição", afirmou o ministro.

O ministro também confirmou que a redução dos prazos nos financiamentos das compras de bens de consumo duráveis vai ser debatida na reunião de amanhã do Conselho Monetário Nacional. Ele ponderou, contudo, que a discussão desta medida significa apenas uma "sinalização de que o governo está atento". "Mas não estou querendo tomar medidas a curto prazo", esclareceu o ministro.

As pressões de demanda que se tornaram evidentes pelo recente crescimento das vendas a vista correspondem, conforme o ministro, a um primeiro aquecimento. Mas ele não acredita que o fenômeno seja o princípio de um movimento de ondas sucessivas de aumento da demanda. Este primeiro aquecimento, para Funaro, resultou em

parte do congelamento dos preços praticado pelo seu antecessor na chefia do Ministério da Fazenda, Francisco Dornelles. A freada nos preços da Petrobrás e do trigo, articulada ao reajuste das prestações do BNH abaixo do INPC, à reposição da massa salarial e aos reajustes dos preços dos automóveis inferiores à inflação explicam, conforme o ministro, o crescimento da demanda.

Funaro esclareceu, contudo, que não está nos seus planos a adoção de medidas contencionistas, pois o aquecimento da demanda traduz-se em melhores condições de vida e este também é um objetivo do governo. As pressões da demanda podem, contudo, complicar a política de combate à inflação, uma vez que, como disse o ministro da Fazenda, as empresas se habituaram a trabalhar sem estoques e estes funcionariam como amortecedores daquelas pressões, caso existissem. "Mas não há estoques", observa Funaro.